

ÍNDICE

PARTE I OS BENEFÍCIOS FISCAIS, O DIREITO FINANCEIRO E O DIREITO FISCAL

Capítulo I – Os benefícios fiscais, a capacidade contributiva e a extrafiscalidade	15
§ 1.º Os benefícios fiscais como derrogação do princípio da igualdade tributária	23
a) Os benefícios tributários e a derrogação do princípio da igualdade tributária	23
b) O núcleo essencial do imposto, os benefícios fiscais e a derrogação do princípio da capacidade contributiva	26
c) A admissibilidade da extrafiscalidade e o princípio da capacidade contributiva	35
§ 2.º Os benefícios fiscais como instrumento de política de incentivo	41
Capítulo II – A relevância da extrafiscalidade e a despesa fiscal	51
§ 1.º A despesa fiscal	51
§ 2.º As modalidades técnicas conducentes à despesa fiscal	59
§ 3.º As classificações de despesa fiscal	63
a) A despesa fiscal substantiva e operacional	63
b) A despesa fiscal unilateral e concertada	66
c) A despesa fiscal automática e não automática	70
d) A despesa fiscal vinculada e discricionária	72
Capítulo III – Os benefícios fiscais e a despesa fiscal: a necessidade de uma análise integrada	75
Capítulo IV – A extrafiscalidade no ordenamento jurídico português	83

§ 1.º O carácter temporário dos benefícios fiscais	83
§ 2.º A legalidade e os benefícios fiscais	89
§ 3.º O processo de reconhecimento das isenções	93

PARTE II

OS BENEFÍCIOS FISCAIS NOS IMPOSTOS PORTUGUESES

Capítulo I – Considerações gerais: a sistemática dos benefícios fiscais no ordenamento jurídico português	111
Capítulo II – Os Benefícios Fiscais e os Impostos sobre o Rendimento	121
§ 1.º O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	121
a) Considerações introdutórias	121
b) A extrafiscalidade dos desagravamentos no IRS	128
c) Notas finais: as apostas mútuas hípicas e os benefícios fiscais da Igreja Católica	136
§ 2.º O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	139
a) A extrafiscalidade dos desagravamentos no IRC	139
b) Análise em especial de algumas medidas extrafiscais no IRC ..	156
Capítulo III – Os Benefícios Fiscais e os Impostos sobre o Património	175
§ 1.º O Imposto Municipal sobre os Imóveis	177
a) A extrafiscalidade dos desagravamentos no IMI	178
b) A capacidade contributiva e a equivalência no IMI: algumas questões	182
§ 2.º O Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Bens Imóveis	185
a) A extrafiscalidade dos desagravamentos no IMT	187
b) Algumas notas sobre o artigo 8.º do CIMT e sobre o Decreto-Lei n.º 404/90, de 21 de Dezembro	194
§ 3.º O Imposto Municipal sobre os Veículos e os Impostos Rodoviários	201
§ 4.º O Imposto do Selo	203
a) A extrafiscalidade dos desagravamentos no IS: os benefícios fiscais acessórios e os benefícios fiscais exclusivos	205

Capítulo IV – Os Benefícios Fiscais e os Impostos sobre o Consumo	209
§ 1.º O Imposto Automóvel	209
a) A extrafiscalidade dos desagravamentos no IA	212
§ 2.º O Imposto sobre o Valor Acrescentado	217
§ 3.º Os Impostos Especiais de Consumo	227
a) Os benefícios fiscais comuns aos IEC	230
b) O Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos	231
c) O Imposto sobre o Álcool e as Bebidas Alcoólicas	234
d) O Imposto sobre o Tabaco	238

ANEXOS

QUADRO RESUMO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS VIGENTES NOS IMPOSTOS PORTUGUESES

Anexo I – O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	241
Anexo II – O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	243
Anexo III – O Imposto Municipal sobre os Imóveis	246
Anexo IV – O Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Bens Imóveis	248
Anexo V – O Imposto Municipal sobre os Veículos	251
Anexo VI – Os Impostos Rodoviários	252
Anexo VII – O Imposto do Selo	253
Anexo VIII – O Imposto Automóvel	255
Anexo IX – O Imposto sobre o Valor Acrescentado	256
Anexo X – Impostos Especiais de Consumo	260